

A agenda econômica-comercial do Brasil com os Estados Unidos

LIA BAKER VALLS PEREIRA

INTRODUÇÃO

■ As relações Brasil-Estados Unidos devem ser pensadas a partir do contexto político e econômico mundial. São os condicionantes externos e como cada país os interpreta que irão moldar as agendas bilaterais, onde a influência dos interesses domésticos depende do poder de barganha de cada país. Sob esse prisma, ressaltam-se as mudanças e incertezas quanto aos rumos da economia mundial no período recente. As mudanças englobam questões presentes desde meados do século XXI, como a ascensão econômica da China, os impactos das novas tecnologias digitais (Revolução 4.0), novas formas de organização produtiva (cadeias globais de valor), a crescente importância dos serviços nos fluxos comerciais mundiais e os entraves para o fortalecimento do sistema multilateral econômico. As incertezas se referem à retomada de um novo ciclo de expansão da economia mundial após 2008, o novo modelo de crescimento econômico da China e seus impactos nos países exportadores de commodities e um possível viés protecionista nos rumos das políticas estadunidenses e europeias.

O Brasil foi beneficiado pela ascensão da China na economia mundial, que elevou os termos de troca do país em 362% entre 2002/2011. O acúmulo de reservas internacionais propiciado pelos superávits comerciais liderados pela China ajudou o país a atenuar os efeitos do choque externo de 2008. Além disso, a alta acentuada nos preços das commodities em 2010/2011 permitiu que as exportações continuassem a crescer em valor, mesmo num cenário de retração da demanda mundial. No entanto, a reversão no ciclo de alta dos preços das commodities, o baixo crescimento da economia mundial e opções de política

doméstica levaram a uma forte desaceleração do crescimento econômico brasileiro com quedas do produto interno bruto do país da ordem de 3% em 2015 e 2016 (Pereira e Ribeiro, 2016).

O objetivo do texto é analisar como os diferentes contextos internacionais e os condicionantes domésticos da política externa do Brasil explicam suas relações bilaterais econômicas, em especial as comerciais, com os Estados Unidos. O texto está organizado da seguinte forma. A primeira parte trata das principais mudanças na geografia do comércio exterior brasileiro e sua relação com a ascensão da China. É destacado o tema da nova configuração do comércio mundial e sua relação com as agendas da governança multilateral. A China, o grupo BRICS, e ênfase nas relações Sul-Sul passam a ser os principais determinantes da política externa e comercial do Brasil. A busca por um papel protagonista do Brasil no cenário político e econômico mundial irá privilegiar associações com países fora do eixo tradicional das potências ocidentais, Estados Unidos e União Europeia. Em seguida, é apresentado um breve histórico das relações Brasil-Estados Unidos que parte do estudo de Hirst e Pereira (2016). Por último são sugeridas algumas diretrizes para a política brasileira diante das possíveis mudanças com o governo Trump, a partir de 2017.

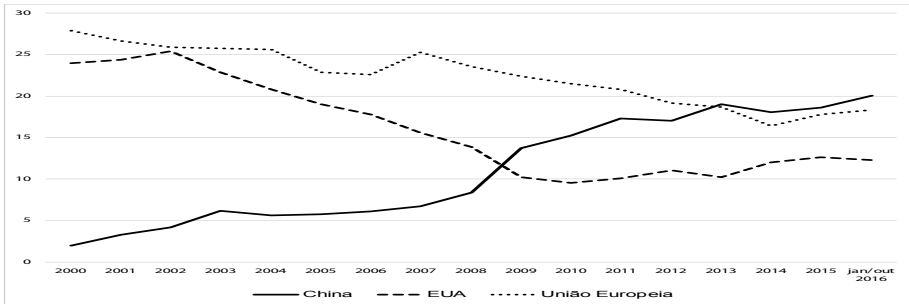
OS ANOS 2002/2011: A NOVA GEOGRAFIA COMERCIAL E AGENDA DA GOVERNANÇA MULTILATERAL

■ A entrada da China na Organização Mundial de Comércio em 2001 mudou a geografia comercial dos fluxos comerciais mundiais. Como fornecedora de bens manufaturados de conteúdo com baixa tecnologia e depois, crescentemente de produtos intensivos em alta tecnologia, o país passou a ocupar a liderança na lista dos principais exportadores mundiais¹. Como mercado importador, ocupa o segundo lugar depois dos Estados Unidos.

Na pauta brasileira a ascensão da China como mercado de destino das exportações brasileiras e origem das importações é apresentada nos Gráficos 1 e 2.

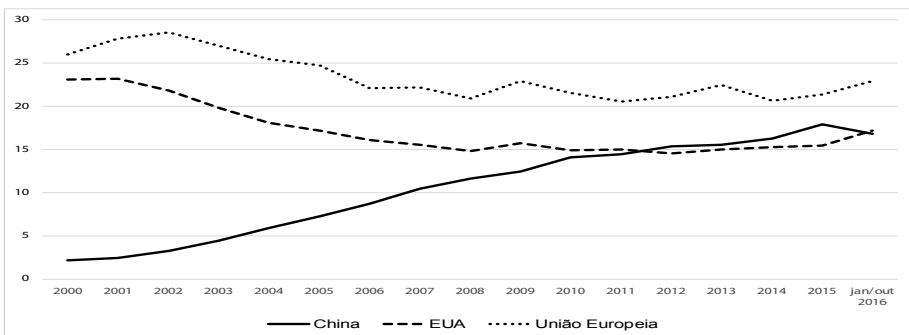
1 Em 2015, segundo a Organização Mundial do Comércio, a China explicou 14% do total das exportações mundiais, seguida pelos Estados Unidos, com 10%.

GRÁFICO 1. A participação percentual (%) dos países/blocos nas exportações globais brasileiras



Fonte: SECEX/MDIC.

GRÁFICO 2. A participação percentual (%) dos países/blocos nas importações globais brasileiras



Fonte: SECEX/MDIC.

As mudanças na geografia dos fluxos comerciais são mais marcantes nas exportações e nas relações com os Estados Unidos. No ano 2000, o mercado dos Estados Unidos absorvia 24% das exportações brasileiras e a China 2%. Em 2016 (acumulado no ano até outubro) esses percentuais aumentaram para 20% no caso da China e caíram para 13% em relação aos Estados Unidos. A perda da participação dos Estados Unidos, como destino das exportações brasileiras, antecedeu a crise de 2008. No caso da União Europeia, a perda se acentua após a crise de 2008 pela análise da participação na pauta global: 28% (2000); 24% (2008) e 18% (acumulado no até outubro de 2016). Logo, o caso da União Europeia pode ser interpretado como um fenômeno conjuntural e dos Estados Unidos sugere questões estruturais.

No caso dos Estados Unidos, os resultados estão associados ao aumento da demanda chinesa por commodities, mas também refletem perdas de competitividade dos produtos manufaturados brasileiros. Parte dessa perda advém da concorrência chinesa e outra da queda da competitividade das manufaturas brasileiras no mercado mundial (Pereira, 2014) ².

Nas importações, o aumento da participação da China de 2% para 17% entre 2000 e 2016 confirma a mudança da geografia comercial dos fluxos comerciais bilaterais do Brasil. Nesse caso, porém, as perdas de participações dos Estados Unidos e da União Europeia são relativamente menores que nas exportações. Para a União Europeia a participação nas importações brasileiras caiu de 26% para 23% e dos Estados Unidos de 23% para 17% entre 2000 e o acumulado do ano até outubro de 2016. As compras externas brasileiras estão concentradas em bens de capital e intermediários onde o comércio intra-indústria e intra-firma impulsionado pelas empresas multinacionais é relevante. A menor presença de empresas chinesas em comparação com estadunidenses e europeias no território brasileiro ajuda a explicar esse resultado³.

A nova geografia dos fluxos comerciais facilitou e ou reforçou a orientação da política externa brasileira durante o governo do Presidente Lula (2003/2010). Essa passou a ser centrada no papel do Brasil como ator relevante na transformação da governança global a partir de um cenário favorável com a ascensão da China e de grandes economias de países em desenvolvimento, como a Índia e África do Sul. Nesse contexto, Estados Unidos e a União Europeia diminuem sua influência na agenda de definições brasileiras na governança mundial. Ao mesmo tempo, as questões do terrorismo islâmico, após setembro de 2001, os problemas associados do alargamento da União Europeia com a inclusão dos países da antiga União Soviética, contribuíram para o afastamento das agendas bilaterais entre o Brasil e as duas principais potências econômicas ocidentais⁴. Alguns exemplos ilustram esse cenário.

2 A participação das manufaturas nas exportações brasileiras para os Estados Unidos é mais elevada (58%) do que a da União Europeia (35%), dados de 2015.

3 Segundo o Censo de Capital Estrangeiro do Banco Central, a participação da China no estoque de investimento direto estrangeiro no Brasil era de 0,4%, em 2014

4 Em 2004, a União Europeia incorporou dez novos membros (Chipre, República Checa, Eslovênia, Hungria, Lituânia, Letônia, Malta, Polônia, Eslovênia, Eslováquia) ao seu mercado comum de 15 países, que vigorava desde 1995.

Na Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) de 2003 no contexto da Rodada Doha, Estados Unidos e União Europeia apresentaram uma oferta para agricultura que era um dos impasses nas negociações multilaterais. A ideia era replicar a estratégia na Rodada Uruguai (1986-1994) quando os dois membros da OMC apresentaram um acordo do que estavam dispostos a ofertar na área agrícola. O risco de não aceitação pelos outros membros da OMC era a perda das negociações já encaminhadas nos outros temas da Rodada⁵. A oferta foi aceita e a meta da liberalização do comércio agrícola passou a incorporar um dos itens da agenda pendente da Rodada Uruguai. Em 2003, a mesma estratégia encontrou resistência a partir da coalisão formada por 20 países, entre eles Brasil, China e Índia. O fato novo nessa coalisão é que a recusa à proposta dos Estados Unidos e da União Europeia não derivou de interesses comuns específicos na área agrícola dos membros do G-20. China e Índia defendiam a manutenção de redes de proteção e subsídios para o setor agrícola, pois recebiam o impacto das propostas de liberalização desse setor sobre suas populações rurais. A frente comum com o Brasil, defensor da liberalização, foi possível a partir de identificação de objetivos comuns nas negociações como preservar margens de maior autonomia das políticas domésticas e tratamentos diferenciados para os países em desenvolvimento⁶. Esse episódio marcou a perda de relevância do QUAD (Estados Unidos, União Europeia, Canadá e Japão) como fator decisivo nas negociações da OMC.

A crise de 2008 irá consolidar a busca do governo brasileiro por um papel protagônico no cenário mundial, a partir de alianças com países fora do eixo das potências ocidentais. Em 2009 é realizada a Primeira Cúpula dos BRICS e o grupo passa a atuar conjuntamente nas propostas analisadas pelo G-20 financeiro⁷. O grupo BRICS reflete a nova configuração da economia mundial, onde as transformações da agenda multilateral deixam de ser guiadas exclusivamente pelos in-

5 As negociações na Rodada do Uruguai seguiam o princípio do "single undertaking". O acordo só seria fechado quando todos os temas fossem negociados.

6 Nesse caso, o Brasil passou a aceitar que os compromissos de liberalização e fim dos subsídios agrícolas deveriam ser tratados de forma diferenciada em função do grau de desenvolvimento dos países. Posteriormente em 2008, numa nova tentativa de vencer o impasse agrícola, Brasil irá se alinhar com os Estados Unidos e a União Europeia, enquanto China e Índia não irão aceitar a proposta das cláusulas de salvaguardas agrícolas. Esse episódio confirma que o G-20 agrícola de 2003 não era motivado por sólidos interesses comuns agrícolas de seus países membros.

7 BRICS é composto pelo Brasil, Rússia, China, Índia e, em 2010, a África do Sul passa a ser membro do grupo. O G-20 financeiro foi criado em 1999 e agregada as maiores economias do mundo desenvolvido e em desenvolvimento.

teresses exclusivos dos Estados Unidos e da União Europeia (Lima e Castelan, 2013). Nesse contexto, as demandas dos BRICS se direcionam para aumentarem sua influência e poder de decisão nos organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Em adição, o grupo avança com a sua institucionalidade com a criação do Banco BRICS voltado para projetos de infraestrutura e a criação de um fundo de reservas, para situações de crises cambiais nos países.

Além das iniciativas no plano multilateral, o governo Lula privilegiou uma agenda Sul-Sul a partir da intensificação de programas de cooperação técnica em países africanos e latinos e acordos comerciais com países do Sul (Índia, União Aduaneira da África do Sul, Palestina, Egito, por exemplo.). O projeto de integração sul-americana foi eleito como prioridade da política externa através da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

A orientação da política externa e comercial do Brasil não foi consensual. Alguns consideraram que o discurso ideológico ignorou os efetivos interesses econômicos do país e o afastou de uma agenda condizente com as transformações da economia mundial (Veiga e Rios, 2010). Além disso, descartou a importância dos novos acordos amplo de comércio, com a inclusão de serviços, políticas de competição, negociações sobre barreiras não tarifárias, entre outros. A agenda de acordos do Chile, Colômbia e Peru com os Estados Unidos, União Europeia, China (não inclui a Colômbia) passa a ser citada como um exemplo a ser seguido pelo Brasil. O Brasil teria errado ao colocar todas as suas “fichas” nas negociações multilaterais que não avançaram.

O ativismo do Brasil na agenda multilateral desacelerou a partir de 2012. O governo Dilma de 2011 reduziu a importância da política externa brasileira e, além disso, as questões econômicas domésticas passaram a ganhar espaço no debate nacional. A desaceleração da China e a queda nos preços das commodities alçou o tema da desindustrialização e da primarização da pauta exportadora do país como uma das principais questões da política comercial do Brasil. As vendas para a China, principal mercado de exportação do país a partir de 2009, estão concentradas ao redor de 80% em minério de ferro, soja e petróleo.

O governo reeleito Dilma que tomou posse em 2015 enfrentou um cenário de agravamento das questões econômicas: inflação; déficit público e queda nas exortações brasileiras. No mundo, o tema dos mega-acordos regionais (Transpacífico e a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre os Estados Unidos e a União Europeia) passou a dominar o debate sobre os rumos do multilateralismo. Na América Latina, o México, Chile, Colômbia e Peru

formam a Aliança do Pacífico, enquanto o Mercosul continua paralisado em relação ao seu projeto de consolidação da união aduaneira⁸. Nesse contexto, o governo lança o Plano Nacional de Exportações, onde ressalta a importância dos acordos comerciais.

Em meados de 2016, o novo governo que assumiu após o impeachment de a Presidente Dilma irá reforçar a importância dos acordos comerciais, em especial com os países desenvolvidos. A mensagem no discurso de posse do novo Ministro das Relações Exteriores é o retorno a uma política externa pragmática e voltada para os interesses dos setores domésticos, o que teria sido a diretriz dos anos de 1990. Essa mudança de orientação coincide, porém, com um momento de críticas aos acordos comerciais e dos efeitos da globalização nas principais potências mundiais. Nesse sentido, a nova orientação da política externa brasileira estaria “descolada” das diretrizes dominantes no atual cenário das principais potências ocidentais. A próxima seção irá analisar esse tema, a partir das relações Brasil-Estados Unidos, apresentando antes uma síntese das principais características dessa relação.

AS RELAÇÕES ECONÔMICAS-COMERCIAIS BRASIL-ESTADOS UNIDOS

■ Desde os anos 1980, as relações comerciais Brasil-Estados Unidos podem ser divididas em três períodos.

1. Anos 80. “Contenciosos”. O aumento do déficit comercial dos Estados Unidos nesse período e o acirramento da concorrência internacional levaram ao aumento da demanda protecionista nos Estados Unidos. De um lado o alvo era o Japão que concorria em setores de alta e média alta tecnologia e, do outro lado estavam os “novos países industrializados”, como o Brasil, que concorriam em setores como siderurgia, têxteis e vestuário. O aumento do déficit comercial dos Estados Unidos associado à valorização do dólar, nesse período, é apresentado como resultado do reduzido grau de reciprocidade por parceiros dos Estados Unidos em termos de abertura comercial. O Brasil foi o campeão de investigações sobre direitos compensatórios nos Estados

8 As sucessivas prorrogações para a plena implementação da tarifa externa comum e a introdução de barreiras ao comércio intra-regional, associadas à crise argentina, levaram ao debate sobre a conveniência de se abandonar o projeto da união a favor de uma proposta de uma área de livre comércio.

Unidos. Além disso, os países mantiveram posições divergentes durante o período de 1986/1989 na Rodada Uruguai. O Brasil ao lado da Índia rejeitava a forma como os Estados Unidos entendia a inclusão dos novos temas nas negociações multilaterais: total liberalização dos serviços; fim das exceções aos direitos patentários; e, regras que reduziam o grau de liberdade de medidas de controle do investimento estrangeiro no país. O Brasil ao lado da Índia e do Japão foi citado como um dos países que mais desrespeitam os direitos econômicos e comerciais dos Estados Unidos sob a égide da Seção Super 301 do Legislativo dos Estados Unidos.

2. Anos 90. “Dialogo/divergências”. Reformas domésticas no Brasil alinhadas com os compromissos da Rodada Uruguai e o início das negociações da ALCA (Área de Livre Comércio para as Américas) irão moldar as posições comerciais dos países. Não há graves contenciosos, mas o Brasil tende a optar pela defesa de uma agenda que não ultrapasse as regras já acordadas na Organização Mundial do Comércio, enquanto os Estados Unidos defendem uma negociação OMC *plus*. Ressalta-se que um dos pontos de discórdia nas negociações da ALCA era a diferença de tratamento a ser concedido a países que pertenciam a acordos comerciais, em especial, uniões aduaneiras. Os Estados Unidos defendiam que os países negociassem individualmente e o Brasil que as suas propostas fossem apresentadas a partir do bloco Mercosul. A posição brasileira venceu. Nesse mesmo período, é lançado o início das negociações com a União Europeia para a formação de uma área de livre comércio com o Mercosul. No debate brasileiro, o acordo com a União Europeia foi identificado como uma forma de fortalecer o Mercosul, pois se tratava de negociações entre “dois blocos.
3. Anos 2000. “Afastamento/Apatia” No Brasil, a cooperação Sul-Sul, a China e a integração sul-americana são os temas prioritários da política externa/comércio exterior, como antes mencionado. A crise de 2008 e a ascensão dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) consolida essa posição. Por outro lado, os Estados Unidos, além das questões de segurança pós 2001, seguem uma agenda de acordos bilaterais de comércio que o Brasil não participou. As negociações da ALCA foram paralisadas após a Reunião Ministerial de Miami, em 2003. O Brasil propõe que temas que estavam sendo negociados na Rodada de Doha iniciada em 2001 deveriam sair da agenda ALCA. Nos Estados Unidos, a aprovação do mandato negociador do Executivo para negociações comerciais (*Trade Promotion Authority*) reduz a possibilidade de concessões na área agrícola e de investigações sobre práticas

desleais (dumping e subsídios). As negociações com a União Europeia, após a troca da lista de ofertas entre os dois blocos em 2004 chegaram a um impasse. Todos esses fatores reforçam a opção pela agenda “Sul-Sul” do governo brasileiro.

Hirst (2011) define a relação Brasil-Estados Unidos como uma de “conflito-limite”. Os países nem sempre estão alinhados, mas não chegam a situações de ruptura, o que pode ser aplicado às relações comerciais ao longo do tempo. Nos anos 2000, entretanto, o que teria predominado foi uma relação de “afastamento e ou apatia”. Diversos autores compartilham dessa visão, pois não identificam nenhuma agenda comum que mobilize o governo de Brasília ou de Washington (Frechette e outros, 2012)

Outros consideram que é possível identificar questões que sugerem novas oportunidades para ambos os países (Sotero, 2012). O Brasil precisa elevar o seu investimento e melhorar a sua produtividade para não cair na armadilha da renda média. Nesse caso, acordos de cooperação em ciência, tecnologia, área espacial, educação, energia, defesa, investimento e comércio são desejáveis. A internacionalização das empresas brasileiras aproxima o Brasil de temas que interessam aos Estados, como os acordos de bitributação e de investimentos.

Não há falta de acordos entre o Brasil e os Estados Unidos nas mais diversas áreas. Existem quatro fóruns de coordenação bilateral: Diálogo de Parceria Global (conduzido pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil e o secretário de Estado dos Estados Unidos); Diálogo de Cooperação em Defesa (conduzido pelo ministro da Defesa do Brasil e o secretário de Defesa dos Estados Unidos); Diálogo Estratégico em Energia; e, o Diálogo Econômico-Financeiro. Além disso, em março de 2011 foi assinado o Acordo de Cooperação Econômica e Comercial com o objetivo de expandir e fortalecer as relações econômicas entre os países.

Em adição, há uma extensa lista de memorandos de entendimento em diversas áreas, além de acordos de cooperação e trocas de informações. No entanto, como relatado na Comissão de Comércio do Congresso dos Estados Unidos (*The House Ways and Means Trade Subcommittee*, em 12 de junho de 2013), a quantidade de acordos não tem conduzido a um cenário propício a novas oportunidades para as relações de comércio.

Momentos de tensão nas relações entre os dois países, como o da escuta telefônica pela Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA), em 2013, não se traduziram em conflitos, mas contribuíram para o “afastamento”,

num momento em que o governo brasileiro emitia sinais que estava interessado continuar com a agenda de entendimentos bilaterais⁹. Em 2015, o vice-presidente dos Estados Unidos esteve na posse da Presidente Dilma e no mesmo ano, a Presidente brasileira visitou os Estados Unidos, colocando para trás o episódio da NSA.

Ressalta-se que as visitas renderam a assinatura de uma série de memorandos e acordos de cooperação. Na visita de Dilma aos Estados Unidos, foi anunciado um acordo de reconhecimento de patentes, negociações para um acordo de facilitação de comércio e a possibilidade de o Brasil entrar para o programa *Global Entry* que facilita a entrada de viajantes frequentes aos Estados Unidos (em geral por razões de caráter profissional)¹⁰. O acordo de facilitação de comércio foi assinado, em 2016.

No Brasil, o cenário econômico desfavorável e a queda da participação das manufaturas nas exportações levam a que os setores empresariais passem a defender a realização de acordos/entendimentos com as grandes economias ocidentais (Hirst e Pereira, 2016). O governo Dilma retoma as negociações com a União Europeia e, em 2016, houve uma troca de ofertas, mas nada foi concluído.

O governo Temer que tomou posse em setembro de 2016 irá encontrar um ambiente favorável para o estreitamento das relações bilaterais com os Estados Unidos. Além disso, no campo político, algumas iniciativas destravam pontos sensíveis na agenda bilateral. Uma se refere ao início do reatamento das relações entre os Estados Unidos e Cuba. Outra remete às declarações do governo brasileiro que demandam o enquadramento da Venezuela nas regras do Mercosul e sinalizam que não mais serão sempre acatadas de forma favorável as diretrizes da política Venezuela.

A posse do Presidente Trump, a partir de janeiro de 2017, gera dúvidas quanto às diretrizes da política externa/comercial dos Estados Unidos. A estagnação e/ou retrocesso na agenda de acordos comerciais? Recrudescimento do pro-

9 Escutas telefônicas em relação a diversas autoridades estrangeiras, entre elas a Presidente do Brasil.

10 Podem ser citados alguns dos documentos assinados, em 2015: Acordo de Previdência Social; Memorando de Entendimento na Área de Direitos Humanos; Memorando de Entendimento para a Promoção do Crescimento da Micro, Pequena e Média Empresa; Acordo entre a Agência Espacial Brasileira e a NASA Sobre o Programa GLOBE; Ajuste Complementar de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira e a NASA sobre Física Espacial e Heliofísica e Pesquisa sobre Clima Espacial; Plano de Trabalho Conjunto entre a Receita Federal e a Agência de Fiscalização de Aduana e Proteção de Fronteiras; Memorando de Intenções sobre Convergência Regulatória entre o MDIC e o Departamento de Comércio (Ministério das Relações Exteriores, 2016).

tecionismo similar ao dos anos de 1980? Qual tratamento será dado a países parceiros da China e que incentivam a entrada de seus investimentos? Quais são as possíveis estratégias do Brasil?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

■ É prematuro tirar conclusões. Em adição, o executivo depende da aprovação do Congresso em relação a grande parte de medidas relativas às relações comerciais com seus parceiros. Mesmo com a maioria republicana no Senado e na Câmara dos Deputados não há consenso quanto às propostas realizadas durante o período de eleição do Presidente Trump.

A principal mensagem é que o governo brasileiro deve continuar a sua estratégia de identificação de questões que podem ajudar a impulsionar o comércio e o investimento com os Estados Unidos. Devem ser priorizadas questões que tragam ganhos para ambos os parceiros. Não se deve esperar, o que já não ocorria, tratamentos especiais e diferenciados para o Brasil. A agenda de reconhecimento mútuo de certificações de qualidade, acordos de bitributação, facilitação no comércio de serviços são temas de uma agenda empresarial que interessa também aos objetivos de expansão do comércio do presidente eleito dos Estados Unidos. Temas de “agenda de negócios” poderão ser bem-vindas, mesmo com o possível viés protecionista do Presidente Trump.

REFERÊNCIAS

FRECHETTE, M., SAMOLIS, F. *A tentative embrace: Brazil's foreign and trade relations with the United States*. 2012 Acessado em http://www.gwu.edu/~clai/working_papers/Frechette_03_2012.pdf,

HIRST, M. *As relações Brasil-Estados Unidos de uma perspectiva multidimensional: evolução contemporânea complexidades atuais e perspectivas para o século XXI*. Tese para obtenção do título de Doutora em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

HIRST, M; PEREIRA, L.B.V. The Unsettled Nature of U.S.-Brazilian Relations. In: *Contemporary U.S.-Latin American Relations: Cooperation or Conflict in the 21st Century?* In: Jorge I. DOMÍNGUEZ, J. I.; Rafael Fernández de CASTRO, R.F. (eds.). New York: Routledge, 2016, second edition.

PEREIRA, L.B.V. O efeito China e as exportações brasileiras nos mercados da América do Sul, Estados Unidos e União Europeia. In: In: BONELLI, R.; VELOSO, F. (orgs.) *Ensaio IBRE de economia brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, v.II

PEREIRA, L.B.V.; RIBEIRO, L. A nova fase do modelo chinês e principais questões para o Brasil. In: BONELLI, R.; VELOSO, F. (orgs.) *A crise do crescimento no Brasil* Rio de Janeiro: Elsevier, 2016

SOARES, M.R.; CASTELAN, D.R. O Brasil, os BRICS e a institucionalização do conflito internacional. In: PIMENTEL, J.V.S. (org.). *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília: FUNAG, 2013. Acesso em :<http://funag.gov.br/loja>

SOTERO, P. Pursuing A Productive Relationship Between the U.S. and Brazil. *The Woodrow Wilson International Center for Scholars, Brazil Institute Policy Brief*, 2012. <http://www.wilson-center.org/publication/pursuing-productive-relationship-between-the-us-and-brazil>.

VEIGA, P.M e RIOS, S.P. A Política Externa Brasileira sob Lula: o fim do “Consenso de Brasília” *Artigos CEBRI*, Vol.3, Ano V julho-setembro. Rio de Janeiro: CEBRI, 2013